

Metropolização, pobreza e exclusão social

MARIA DA PENHA SMARZARO SIQUEIRA¹

Resumo

Neste artigo tratamos da metropolização e de questões que envolvem a problemática do crescimento metropolitano, enfocando a pobreza e a exclusão social enquanto fenômenos cada vez mais evidentes no processo de crescimento e modernização das cidades, agravando o quadro das desigualdades sociais que tem sido uma das características predominantes no desenvolvimento histórico do Brasil. A partir da segunda metade do século XX, o processo de urbanização acelerado e o fácil acesso às áreas urbanas foram fundamentais para a concentração de grandes contingentes populacionais nas cidades, que na lógica do processo de desenvolvimento e modernização passaram a abrigar de forma simultânea o crescimento econômico e a pobreza urbana.

Palavras-chave: Metropolização; Pobreza; Exclusão Social.

Abstract

This article deals with metropolitanization and it's about questions that involve the problematic of metropolitan growth, focusing the poverty and the social exclusion as phenomena more and more evident in the cities' process of growth and modernization, increasing social inequalities that have been one of the most predominant characteristics of the Brazilian's historical development. From the second half of the 20th century, the accelerated process of urbanization and the easy access to urban areas were fundamental for the concentration of large population contingents in the cities, which, in the logic of the development and modernization process, have began to harbor, in a simultaneous way, the economical growth and the urban poverty.

Keywords: Metropolitanization; Poverty; Social Exclusion.

Introdução

As questões que envolvem a problemática do crescimento metropolitano se incluem num quadro complexo de referências socioeconômicas, no qual o perfil dos discursos políticos e novos paradigmas passam a refletir a percepção social no espaço urbano e a ação da cidade face aos fenômenos que expressam a diversidade dos estágios do processo de desenvolvimento. Nessa lógica a experiência brasileira tem demonstrado

que a problemática urbana apresenta contrastes num amplo quadro de problemas sociais.

O contraste que se vive nas metrópoles, em meio às inúmeras mudanças associadas ao padrão atual de cidade moderna, vem atravessando estágios da história social do Brasil, nos quais a cidade sempre reproduziu a difícil inserção da classe menos favorecida na produção, no consumo e na cidadania.

Os pobres clássicos povoaram os espaços sociais, constituindo universos estigmatizados, que acompanharam as transformações urbanas, marcando uma presença significativa no decorrer dos estágios do processo de desenvolvimento brasileiro (Wanderley, 1997).

Reconhecer os sujeitos históricos dessa questão, significa avançar ainda mais num universo de dimensões contraditórias, no contexto das mutações econômicas, sociais e políticas que marcaram o desenvolvimento brasileiro, principalmente nos últimos 50 anos do século XX.

No Brasil a urbanização acelerada gerou, principalmente nas regiões metropolitanas, uma grande desigualdade econômica, exclusão social e segregação espacial. A dinâmica do crescimento das cidades aliada ao processo de modernização urbana e a rápida consolidação do processo de industrialização, promoveu em poucas décadas desequilíbrios regionais de grande magnitude, com grandes repercussões nas estruturas urbanas. Na lógica do projeto modernizador as estratégias econômicas e sociais foram diferenciadas. Nesta perspectiva, nos indagamos o que significa desenvolvimento e modernidade, num país que estabeleceu um processo de dinamismo econômico e uma ampla inserção ao capitalismo internacional, e ao mesmo tempo mantém uma herança forte de pobreza e desigualdade social.

Metropolização e a questão socioespacial

As mudanças ocorridas nos últimos 50 anos na estrutura socioespacial das cidades brasileiras e a consolidação do processo de industrialização, reforçaram a relação entre a desigualdade social e segregação socioespacial no território urbano. As mudanças políticas que se processaram na década de 1930 “[...] com a regulamentação do trabalho (não extensivo ao campo), incentivo à industrialização, construção de infra-

estrutura industrial, entre outras medidas, reforçaram o movimento migratório campo-cidade” (Maricato, 2003:3).

Com o gradual deslocamento da economia brasileira de um eixo agrário para um eixo industrial, e com a crescente hegemonia dos interesses urbano-industriais, em 1970 estava consolidada no Brasil a preeminência da cidade sobre o campo, estabelecendo nas cidades brasileiras uma nova mentalidade, onde os interesses caracteristicamente urbanos impuseram-se a mentalidade tradicional e aos interesses enraizados na economia primário exportadora (Oliven, 1988). Mostramos abaixo, em termos quantitativos a redistribuição rural-urbana da população brasileira, na qual podemos observar o predomínio da área urbana a partir de 1970.

Brasil

Evolução da população rural-urbana - 1940-1980

| Anos | População Total | População Urbana | % | População Rural | % |
|------|-----------------|------------------|------|-----------------|------|
| 1940 | 41.236.315 | 10.410.072 | 25,5 | 30.826.243 | 74,8 |
| 1950 | 51.944.397 | 16.011.357 | 30,8 | 35.933.040 | 69,2 |
| 1960 | 70.992.343 | 32.004.343 | 45,1 | 38.984.526 | 54,9 |
| 1970 | 94.002.706 | 52.605.052 | 55,6 | 41.903.502 | 44,3 |
| 1980 | 119.002.706 | 80.436.409 | 67,5 | 38.566.297 | 32,4 |

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos do Brasil. 1950 a 1980.

As transformações econômicas marcadas por um acelerado crescimento do setor industrial e um crescente declínio do setor agrícola, contribuíram naturalmente, a partir de 1960, para a expansão urbana desequilibrada, que resultou principalmente do elevado crescimento demográfico, da concentração na distribuição da renda, do aumento das atividades estatais e da forma poupadora de mão-de-obra não apenas a tecnologia agrícola como também a indústria urbana (Fernandes, 1986). Nesse contexto devemos considerar a ordem dos fatores sociológicos que atuam com particular intensidade nas diversas regiões brasileiras, onde existe um desnível muito acentuado de padrões de vida entre campo e cidade.

Podemos observar que a população urbana do Brasil teve um ritmo crescente muito acelerado a partir de 1960, enquanto a população rural decresce

sistematicamente. Em 1960, 54,9% da população brasileira estava concentrada na área rural, e decresceu em 1980, para 32,4%.

Os deslocamentos da população sobre o espaço correspondem em última instância, à reordenação de oportunidades econômicas e sociais. De acordo com a extensa dimensão territorial do Brasil, a diversidade de unidades espaciais e a magnitude dos movimentos migratórios, pode-se dizer que, em termos gerais, a nova configuração da população brasileira resultou da modalidade de acumulação e das relações campo-cidade que se acumulou implicando (Siqueira, 2001).

Nessa perspectiva, a lógica do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil a partir dos anos 1950 aliada à formação de um mercado nacional integrado promoveram a partir da década de 1960, processos encadeados de metropolização e de interiorização urbana e demográfica. Inicialmente, ocorreu uma metropolização acelerada, principalmente nas grandes capitais, estendendo-se em seguida para as cidades de médio e pequeno porte.

As cidades para as quais afluíram os maiores investimentos industriais e as atividades mais modernas, enfrentam um processo de metropolização mais intenso e mais rápido que as demais, que ainda permaneciam norteadas em um modelo mais tradicional. A expansão industrial acelerou o crescimento das principais cidades brasileiras, mais modernas, dando origem às grandes regiões metropolitanas onde se configuraram aglomerações urbanas que passaram a crescer em ritmo muito acelerado, extrapolando os limites das cidades e abrindo espaços periféricos sem nenhuma infraestrutura urbana e condições mínimas de habitação.

A forte concentração demográfica que caracterizou a urbanização no Brasil, inicialmente nos centros econômicos mais dinâmicos, ganha força e se estende a partir do final da década de 1970, para outras cidades que se modernizavam, alargando seu potencial econômico e de mercado de trabalho. De fato na medida em que outras regiões, além do Sudeste, passaram a atrair capital produtivo, também outras cidades cresceram, conquistando o status de regiões metropolitanas, embora alojando um contingente populacional bem mais modesto, mas que ganhavam muita expressão no contexto sócio-espacial das cidades. De acordo com Maricato (2003:3):

[...] A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias cresciam mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada.

Desta forma se alargam as dimensões da desigualdade social, quando as cidades passam a abrigar imensas áreas de concentração de pobreza, desafiando as ações do poder público, a ausência ou a ineficiência das políticas públicas voltadas para a chamada “problemática social” predominante nas cidades (habitação, saneamento, saúde, educação, segurança pública, transporte, entre outras). Problemas relevantes, que vão delinear com maior intensidade o crescimento urbano desigual. Nesse quadro de fragmentação social, as regiões metropolitanas expandiram-se em consonância direta com as necessidades de reprodução da economia capitalista modernizada, com um projeto industrial competitivo e integrado ao capitalismo internacional.

Historicamente, a aliança desenvolvimento/modernização não ocorre de maneira uniforme, e sim, revela dupla face. De um lado, promove um amplo desenvolvimento e acúmulo de riqueza a alguns segmentos territoriais, econômicos e sociais por ela incorporados, onde uma camada da população ingressa nos ativos circuitos de produção e consumo e passam a compartilhar de um crescente conforto material. Por outro lado, é seletiva e excludente, aprofundando das desigualdades sociais e os contrastes existentes no país, aumentando as diferenças entre ricos e pobres, seja regiões ou lugares, seja segmentos sociais ou pessoas.

Pobreza e exclusão social

No Brasil as possibilidades de inserção econômica e melhora de vida nas cidades se mantem efetivamente por um período não muito longo, uma vez que a partir de meados da década de 1970, as periferias das cidades já apresentavam uma ampla expansão e cresciam mais que os núcleos centrais das cidades e as perspectivas de uma vida melhor nas cidades para as classes menos favorecidas, pareciam estar se extinguindo. Aqui, merece referência a abordagem de Sposati (1988: 46), quanto à trajetória do Estado e sua prática social.

[...] ao modelo paternalista do pré-64, onde o Estado legitimava-se enquanto amparador dos pobres, seguiu-se ao modelo desenvolvimentista, que se propôs a corrigir efeitos "indesejáveis" do crescimento, impondo a idéia do progresso (hoje formulado em termos de uma proposta de modernização como projeto nacional). Nem o assistencialismo do primeiro quanto o autoritarismo tecnocrático do segundo, nem os atuais mecanismos do projeto modernizador, não colocaram em questão o que significa o enfrentamento concreto frente a pobreza e as desigualdades sociais.

Isto posto, não podemos desconsiderar que a pobreza e a exclusão, no Brasil, implícitas na totalidade da questão social, integram-se a uma conjuntura histórica e estrutural. Problemas históricos, como a expulsão do campo, a urbanização sociopática, as contradições entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, e a presente precarização da condição salarial, constituem as fontes que multiplicaram os indicadores da pobreza no Brasil.

Por outro lado, a constante instabilidade, na busca de modelos para conseguir novos equilíbrios econômicos, têm provocado novos mecanismos de empobrecimento e novas vulnerabilidades sociais, que se agravam diante da falta de um projeto público concreto e eficiente, de enfrentamento aos desequilíbrios sociais diante do amplo processo de metropolização das cidades.

De um modo geral, aliada a uma pobreza historicamente enraizada no tecido social, passou a tomar forma nesse cenário, novas categorias de grupos sociais, cuja integração econômica e social é precária, caracterizando grupos heterogêneos de excluídos.

Aos pobres clássicos veio juntar-se uma nova geração de excluídos numa ótica em que o conceito de exclusão, bem sublinhado por Salgueiro (2000:20) *ultrapassa o de precariedade, associada à falta de recursos e de emprego, para incluir as representações e a crise dos laços sociais*. Fenômeno que vai, portanto, dar um novo perfil à questão social e à problemática da não-cidadania.

Essa noção, predominante nos anos 90, ultrapassa largamente a questão da desigualdade na medida em que promove ruptura da integração social por quebra dos mecanismos de inserção. Embora, como ressalta Wanderley (1997), que pobreza e exclusão não possam ser tomadas simplesmente como sinônimos, esses fenômenos estão articulados e sempre caminharam juntos. A exclusão não constitui uma situação nova, apenas apresenta-se, no final do século XX, com uma roupagem que corresponde ao novo paradigma de interpretação da modernidade, refletindo uma situação particular dentro do contexto histórico das últimas décadas do século que acabamos de ultrapassar.

Quando em 1974, René Lenoir em sua obra *Les exclus*, sinaliza o debate, alargando a reflexão em torno da noção de exclusão, a questão desponta não mais como um fenômeno de ordem individual, mas social, cuja origem deveria ser buscada nos princípios do funcionamento das sociedades modernas. Entretanto a noção maior, relacionada a uma dimensão objetiva, econômico-ocupacional, no âmbito do indivíduo-

trabalhador-cidadão, noção que incorpora a desagregação da sociedade salarial e suas proteções, se estabelece enquanto matriz teórica no início dos anos 90, com os trabalhos de Robert Castel, coroados com a obra *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*.

Para Castel (1999: 526) o processo de desvinculação na esfera do trabalho e suas consequências na sociabilidade e solidariedade social caracterizam a questão social contemporânea, na sua globalidade. Nesse sentido, a exclusão vem se impondo num universo social mais amplo. Tradicionalmente, os excluídos povoam a zona mais periférica caracterizada pela falta de trabalho, rendimentos e pelo isolamento social. Na noção do novo debate, e na fase atual de mudanças, é importante destacar que, é impossível traçar fronteiras nítidas entre essas zonas. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precariedade das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de "exclusão".

Na ótica dessas dimensões (precariedade do mundo do trabalho x ruptura de laços sociais) que se colocam em evidência, principalmente diante da nova ordem sócio-econômica urbana que expressa a nova noção de exclusão. Não podemos ignorar que, no interior dessas questões, confronta-se a noção do ter e do ser. A primeira diz respeito a dimensão econômica, a segunda refere-se à esfera social das relações, base essencial do ser (Salgueiro, 2000).

Observa-se nesse quadro uma multiplicação de categorias da população expostas a um "deficit de integração" com relação ao trabalho, aos benefícios sociais, à moradia, à educação, ao lazer, a cultura e conseqüentemente, às possibilidades individuais e coletivas da vida urbana. Assim, novas formas de vida precária vão-se delineando, modificando as tradicionais conformações da pobreza. A "nova pobreza", conceituada nos anos 80 como marco do desmoronamento do sistema de proteção social, dos países ricos, vai visibilizar cada vez mais nos anos 90, o fenômeno crescente da exclusão social. Fenômeno que ganha maior expressão nos centros metropolitanos economicamente mais dinâmicos, que abrigam com maior dimensão, aspectos marcantes da desigualdade socioespacial.

Nessa nova conceituação, não se trata mais de uma pobreza residual ou temporária, mas de um movimento que exige análises criteriosas, uma vez que a exclusão social se “[...] apresenta como um fenômeno multidimensional que superpõe uma multiplicidade de formas de desvinculação, expressando assim as limitadas possibilidades de inclusão” (Wanderley, 1997:77).

No Brasil, a pobreza e a exclusão coexistem com fortes vínculos na desigualdade, que produziu grandes disparidades regionais e desequilíbrios sociais. A dinâmica em curso e suas novas configurações associada à hegemonia neoliberal têm produzido um aumento considerável das desigualdades sociais. A desigualdade estabelecida se impõe como um componente natural na sociedade brasileira, dando lugar a não-cidadania e a não-solidariedade como tendências comuns no cotidiano urbano.

As diferentes formas de pobreza e exclusão que predominam no Brasil, embora, recentemente bem conceituadas ao novo paradigma de interpretação da “sociedade moderna”, estão incluídas como assinala Sposati (1996: 13), num universo muito amplo e complexo:

[...] Fazem parte de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Ela inclui pobreza, discriminação, não equidade, não acessibilidade, não representação política. É portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida e igualdade. Esta situação de privação coletiva é o que se está entendendo por *exclusão social*.

Compreender esse processo, significa também perceber que a configuração do fenômeno de exclusão social se revela através das múltiplas dimensões da vida em sociedade. A tradicional fragilidade do processo de integração no Brasil, no nosso entendimento, se reforça enquanto instrumento da fragmentação social, característica presente na sociedade brasileira.

O aumento da visibilidade do processo da exclusão, principalmente a partir dos anos 90, decorreu assim, aliado a um conjunto de fatores relacionados à própria lógica de desenvolvimento que vêm se estabelecendo no Brasil nos últimos 50 anos, sem, entretanto produzir mecanismos de proteção social. Ao longo desta trajetória, a pobreza ganhou contornos novos, movendo-se na década de 90, para a problemática da exclusão social. O que se assiste é o resultado de seqüelas de uma reprodução social tradicional, seguida de novas configurações geradas pelo projeto modernizador na ótica da globalização e dos programas neoliberais.

A gravidade desse processo de produção da nova exclusão social, embora tenha um fundamento econômico evidente, possui uma outra face, implícita no contexto político atual. Trata-se do enfraquecimento de mediações entre Estado e sociedade, dentre os quais assinalamos a cidadania. Não basta reconhecer somente a legitimidade

da cidadania, e sim, também, reconhecer a real condição da existência de níveis desiguais de cidadania ou a lentidão do seu alargamento. Essa é uma dimensão de especial relevância na configuração da exclusão social no Brasil.

Nessa ordem, configura-se um espaço de não-cidadania no universo da exclusão. O reconhecimento de que o indivíduo é um ser revertido de direitos e, sobretudo, como identifica Arent (1989), do direito de ter e ampliar seus direitos, perde-se enquanto característica concreta da noção de cidadania.

Verifica-se a fragilidade dos vínculos que entrelaçam a prática da cidadania em relação a grupos sociais que povoam o mundo das privações materiais. É um processo de desintegração social onde circunscreve a precariedade do presente e a ausência de perspectivas futuras. Diferentes grupos sociais integram o quadro geral da nova exclusão, modalidade que despontou evidenciando que a questão social mudou de natureza.

As mutações ocorridas na dinâmica social, principalmente aquelas associadas as novas configurações do processo de modernização em curso, caracterizado pela reestruturação produtiva e pela desestabilização do mundo do trabalho, estão também redefinindo a natureza da questão urbana no Brasil, e colocando em evidência a necessidade de reavaliar os mecanismos que reproduzem as diferentes formas de integração social e de vida nas cidades. Nesse quadro, coloca-se a exclusão social, que se manifesta e reproduz um universo que incorpora aos seus domínios um número crescente e diverso de personagens. Trata-se de um processo inacabado com tendências contraditórias e contínuas que supera os limites da antiga noção de pobreza no Brasil. O desafio, apontado por Ribeiro & Santos (1994: 11),

[...] está em buscar modelos de políticas que combinem as novas exigências da economia urbana, a regulação pública da produção da cidade vinculadas a idéia de delinear novos caminhos fundados no princípio da cidadania e da solidariedade.

Nesse ideário, cabe perceber as largas dimensões da exclusão social, uma vez que esta nova noção expressa o carácter multidimensional dos mecanismos pelos quais pessoas, grupos e mesmos territórios são excluídos da participação do intercâmbio, nas práticas e nos direitos sociais que constituem a integração social e, desta forma, a identidade (CCE, 1992).

Nesse contexto, a segregação social, antes confinada à periferia, muda sua espacialidade na medida em que a população metropolitana cresce agravando as

condições de vida urbana da camada populacional menos favorecidas. A distribuição espacial das classes sociais, com a segregação da classe trabalhadora de baixa renda, alojada nas periferias distantes das áreas centrais, e portanto do universo do trabalho e dos benefícios urbanos emergenciais, constituem um marco da separação entre ricos e pobres nas cidades brasileiras.

Considerações finais

O processo de urbanização/industrialização que se consolida e se aprofunda no Brasil a partir de 1930, passou a redefinir a dinâmica socioespacial urbana, que ganha grandes proporções a partir da década de 1960, quando a expansão industrial passou a condicionar a distribuição espacial da população. Neste caso, inicia um amplo alargamento nas dimensões urbanas das principais cidades brasileiras, tendo como marca uma dinâmica constante de urbanização.

O desenvolvimento urbano-industrial aliado ao projeto de modernização provocou uma aceleração das migrações regionais principalmente no período entre 1950-1980. Milhões de brasileira transferiram-se para o eixo econômico mais dinâmico do país, e para cidades em expansão industrial atraídos por empregos com melhores condições de trabalho e maiores salários, gerados no contexto da industrialização/modernização, o que também levou a uma urbanização desigual e a uma expansão desordenada das cidades.

Nesse quadro de desenvolvimento desigual emergem as regiões metropolitanas, acompanhadas de problemas sociais e espaciais, tais como falta de moradias e favelização, a carência de infra-estrutura urbana, o crescimento da economia informal, periferação da população pobre, ocupação desordenada e clandestina de espaços urbanos, precariedade do transporte coletivo entre outros.

Na perspectiva dessas questões, podemos considerar que as regiões metropolitanas praticamente cresceram à revelia de um planejamento urbano estadual e, ou municipal e os equipamentos de infra-estrutura, moradia, saúde, educação, transporte e segurança pública nas cidades não atendiam às demandas da sociais de uma elevada parcela da população.

O processo de industrialização e urbanização foi o elemento fundamental para o desenvolvimento nacional a partir da segunda metade do século XX, aliado ao crescimento e expansão desordenada das cidades, prodziu um grande acúmulo de

riquezas públicas e privadas e ao mesmo tempo, intensificou a tradicional desigualdade social brasileira, agravando a questão social pautada na pobreza e exclusão de uma ampla e crescente população nacional.

Referências

- ARENDDT, Hanna. *Origens do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS (CCE). 1992. *Vers une Europe des solidarités. La lutte contre l' exclusion social*.
- CASTEL, Robert. *As metáforas da questão social. Uma crônica ao salário*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. As armadilhas da questão social.. In: *Desigualdade e a questão social*. BÓGUS, YAZBEK & WANDERLEY (orgs). São Paulo: EDUC, 1997
- FERNANDES, Florestan. As mudanças sociais no Brasil. In: IANNI, Octávio (org.). *Florestan Fernandes: Coleção grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1986.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico do Brasil*. 1950. Rio de Janeiro: 1956.
- _____. *Censo Demográfico do Brasil*. 1960. Rio de Janeiro: 1967.
- _____. *Censo Demográfico do Brasil*. 1980. Rio de Janeiro: 1983.
- LENOIR, René. *Les exclus*. Paris: Le Seuil, 1974
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Estudos Avançados. v.17, nº. 48. São Paulo. Maio/ago. 2003
- OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz & SANTOS Junior, Orlando Alves do. O futuro das cidades brasileiras. In: RIBEIRO & SANTOS Junior (org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (coord.). *Mapa da exclusão /inclusão social da cidade de São Paulo*: EDUC, 1996

SALGUEIRO, Teresa Barata. Fragmentação e exclusão nas metrópolis. In: *Sociedade e Territórios*. nº 30, Lisboa: Afrontamento, 2000.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso de Grande Vitória – 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2001.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Refletindo sobre a noção de exclusão*. In: *Serviço Social e Sociedade*. Nº.55, nov. 1997.

¹ Professora do Mestrado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. UFES. Doutora em História Econômica – USP - Pós-Doutora em Sociologia Urbana. Universidade Nova de Lisboa- UNL